

**O ensino da responsabilidade social nos cursos de ciências
empresariais das Instituições de Ensino Superior públicas portuguesas**

Rosa Maria Correia Nunes

Professora Adjunta

ISCAC Coimbra Business School

Politécnico de Coimbra

nunes@iscac.pt

Fernanda Pedrosa Alberto

Professora Coordenadora

ISCAC Coimbra Business School

Politécnico de Coimbra

falberto@iscac.pt

Dolores Gallardo-Vázquez

Profesora Titular de Universidad

Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales

Universidad de Extremadura

dgallard@unex.es

1 1 Contextus

ISSN 1807-5908

Avaliação: Double Blind Review

Submissão em 30/09/2018.

Aceito em 15/10/2018.

Resumo

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem vindo a incrementar a sua importância tanto para a sociedade como para a gestão operacional e estratégica das empresas.

As Instituições de Ensino Superior (IES), portuguesas e estrangeiras, que ministram formação na área das ciências empresariais têm a obrigação de contribuir para a promoção da RSC formando gestores com competências adequadas. Esta obrigação advém da sua missão, mas também das recomendações da União Europeia e das declarações das Nações Unidas.

Este trabalho tem como objetivo averiguar se nos cursos de ciências empresariais, nomeadamente os com a denominação de gestão e de contabilidade, das IES públicas portuguesas se verifica o ensino de matérias relativas ao tema da RSC. Para o efeito, recorre-se à metodologia da análise de conteúdo dos planos curriculares, verificando se os mesmos incluem unidades curriculares (UC) sobre esse tema, de carácter obrigatório ou facultativo, e qual o peso das mesmas no plano de estudos.

Concluiu-se existir um reduzido número de UC autónomas, um diminuto peso atribuído em créditos e um carácter predominantemente facultativo dessas UC, destacando-se em todo caso a palavra “Ética” na denominação das UC identificadas, principalmente no 1º ciclo.

Esta investigação pretende contribuir para o conhecimento da presença (ou ausência) do tema da RSC nos planos de estudos dos cursos de gestão e contabilidade nas IES públicas portuguesas, permitindo a comparação com outros estudos internacionais. Pretende também alertar as IES para a necessidade de incluírem estas matérias nos seus currículos, respondendo aos apelos das várias organizações internacionais.

Palavras-chave: Ensino superior, Ética, Portugal, Responsabilidade Social, Sustentabilidade.

Abstract

Corporate Social Responsibility (CSR) has come to be more and more important for society as well as for the operational and strategic management of companies.

The Portuguese and foreign High Education Institutions (HEIs) which provide education in the business science area should contribute to promote the CSR, supplying the adequate skills to the managers. This is an obligation that is rooted in their mission, but it is also assigned to them through European Union recommendations and in the declarations of the United Nations.

This work aims to study if the courses lectured in the business science area in Portuguese public HEIs allow students to acquire these skills. We use the content analysis methodology of their study plans, in order to know if they include courses about this subject, if these courses have mandatory or optional nature and the expression of them in the total credits of each study plan.

According to our results, there are a small number of autonomous courses on this topic (CSR), they are mainly optional and have small expression in the total of credits. “Ethics” is the main word found in the name of the courses identified and these courses are mainly in the first study cycle.

This research contributes to know the presence (or absence) of the CSR topic in the study plans of the management and accounting courses in the Portuguese public HEIs, and to compare our results with other international studies. It also aims to draw the attention of HEIs to the need to include this subject in their curricula, responding the calls from various international organizations.

Keywords: Ethics, High education, Portugal, Social Responsibility, Sustainability

Introdução

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem vindo a assumir uma importância crescente nas empresas, especialmente visível no aumento dos relatórios de sustentabilidade publicados. No entanto, nem sempre este aumento tem tido a correspondência em termos de ações e de integração na estratégia global das organizações.

Por outro lado, as Instituições de Ensino Superior (IES), para além de elas próprias deverem gerir os seus impactos sociais, ambientais e económicos, têm a obrigação de contribuir para a promoção da RSC, nomeadamente formando graduados que sejam, ao mesmo tempo, cidadãos responsáveis e profissionais comprometidos com a Responsabilidade Social e com o Desenvolvimento Sustentável.

Essa obrigação advém não só da missão dessas instituições como também das declarações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e das recomendações da União Europeia para este setor de ensino. Acresce que as instituições onde se ministram cursos de ciências empresariais deveriam atender aos *Principles for Responsible Management Education* (PRME), princípios que pretendem servir de orientação às escolas, nomeadamente, na elaboração dos currículos académicos.

As escolas superiores de gestão têm sido criticadas (Fougère, Solitander, & Young, 2014; Matten & Moon, 2004; May, Luth, & Schwoerer, 2014; Rasche & Gilbert, 2015; Rasche, Gilbert, & Schedel, 2013) por não incluir formação suficiente relacionada com a ética e a responsabilidade social. Sendo inclusivamente acusadas de contribuírem para os escândalos contabilísticos ocorridos em 2000 e 2001, nomeadamente, nos casos da Enron e da WorldCom (Brink & Costigan, 2015). E os gestores e contabilistas foram acusados de falta de princípios éticos e de sentido de responsabilidade social demonstrada por essas empresas, levando a sociedade a questionar a suficiência do

ensino dessas matérias nas IES, especialmente em cursos na área das ciências empresariais.

Embora as IES não sejam as únicas responsáveis pelo comportamento dos futuros líderes (AACSB, 2004), elas têm um papel importante no desenvolvimento das atitudes desses profissionais, nomeadamente, nas conducentes ao envolvimento das empresas na responsabilidade social.

No sentido desse contributo, as IES com cursos na área das ciências empresariais, que mais comumente surgem sob a denominação de gestão ou de contabilidade, devem incluir nos currículos aprendizagens éticas e de responsabilidade social (AACSB, 2013; Jorge & Peña, 2014; Sims & Sims, 1991), pois uma das maneiras de responder aos anseios da sociedade é formar profissionais competentes que sejam, ao mesmo tempo, cidadãos responsáveis e informados (Hayter & Cahoy, 2018; Teixeira, Ferreira, Correia, & Lima, 2018).

Em Portugal, o ensino superior configura-se sob a forma de sistema binário, sendo as IES divididas em Instituições de Ensino Universitário (IEU) e Instituições de Ensino Politécnico (IEP), podendo ser públicas ou privadas. As IEU podem ser universidades ou institutos universitários e as IEP compreendem institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico.

Segundo o RJIES, artigo 3.º, n.º 1, as IEU devem orientar o seu ensino para a oferta de formações científicas e as IEP proporcionar um ensino mais orientado para a formação superior aplicada, técnica e vocacional. Porém, tem-se verificado um movimento de aproximação dos dois subsistemas (Mourato, 2014) pelo que, na prática, esta diferenciação na tipologia da formação foi-se esbatendo.

As IES podem dividir-se em unidades orgânicas, escolas ou institutos, e no caso das universidades podem ser também faculdades.

Os currículos dos cursos das IEU são elaborados e aprovados pelos conselhos científicos e os cursos das IUP são-no pelos conselhos técnico-científicos. Posteriormente, são submetidos para a acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). A composição dos conselhos científicos e técnico-científicos depende de eleição e a aprovação dos cursos ou alterações depende do equilíbrio de forças gerados pelas áreas com assento nesses conselhos.

O financiamento destas Instituições é principalmente público, proveniente do Orçamento do Estado. A forma mais comum de complementar esse financiamento é através das taxas de matrícula pagas pelos alunos, ou seja, com recurso a receitas próprias que advêm da sociedade.

A diminuição, nos últimos anos, dos fundos públicos para o financiamento do ensino superior trouxe novas preocupações para as IES, obrigando-as a procurar outros financiadores e a gerir melhor os fundos disponíveis, assim como a prestar mais contas da sua utilização (Hayter & Cahoy, 2018). Por outro lado, essa mudança na origem do financiamento leva a uma maior competição entre as IES, tal como se verifica em outros países (Young, Nagpal, & Adams, 2016).

Além de exigir maior eficiência e eficácia dos recursos, a sociedade pede às IES maior intervenção social, ambiental e económica (Hayter & Cahoy, 2018; Symaco & Tee, 2019), com o fim de ajudarem a resolver os problemas da sociedade, local e global, de forma inovadora e sustentável (Dzięgiel & Wojciechowska, 2016).

Neste contexto, esta investigação tem como objetivo averiguar o estado e a importância da RSC nos currículos dos cursos de ciências empresariais, neste caso, tendo-se centrado unicamente naqueles cuja denominação é gestão e/ou contabilidade, lecionados nas IES públicas portuguesas, baseando-se na análise dos programas curriculares divulgados nos *websites* das mesmas. Pretende-se, assim, responder às seguintes questões de investigação: nos cursos superiores de gestão e contabilidade, ministrados

em Portugal nas IES públicas, são ensinadas matérias relativas ao tema da RSC? E que importância lhes é atribuída?

Desconhecendo-se trabalhos recentes sobre este assunto em Portugal, esta investigação pretende contribuir para o conhecimento do estado atual da inclusão do tema da RSC nos currículos dos cursos de gestão e de contabilidade das IES públicas portuguesas e, adicionalmente, permitir a comparação com outros estudos internacionais, que se ocuparam de verificar se as escolas de negócios formam os estudantes para a responsabilidade social e para o envolvimento na sociedade. Pretende-se ainda alertar as IES para a necessidade de incluírem estas matérias nos seus currículos, em resposta aos apelos das várias organizações internacionais (Nações Unidas, UNESCO, União Europeia), contribuindo para fomentar um conhecimento que ajude na resolução dos problemas sociais (Koljatic & Silva, 2015).

Após a presente introdução, este artigo encontra-se estruturado em quatro secções: revisão da literatura, metodologia, resultados e discussão, e conclusões.

1. Revisão da literatura

A RSC e as áreas relacionadas com o desenvolvimento sustentável e com a sustentabilidade, para além de ganharem relevo no mundo empresarial, têm chamado cada vez mais a atenção e o interesse dos alunos e dos professores das escolas ligadas às ciências empresariais (Doh & Tashman, 2014; Haski-Leventhal, 2014). As próprias administrações destas escolas têm-no demonstrado publicamente ao aderir a iniciativas internacionais, nomeadamente aos princípios das Nações Unidas (os PRME) (Haski-Leventhal, 2014; Rasche & Escudero, 2009). A prova disso é que, em 2017, 462 escolas superiores de gestão tinham assinado esses princípios, comprometendo-se com o desenvolvimento e cumprimento dos mesmos nas suas organizações.

Os PRME nasceram em 2007, durante a conferência dos líderes do Pacto Global das Nações Unidas realizada em Genebra, e são fruto da cooperação entre as Nações Unidas e as escolas de negócios. O objetivo dos PRME é transformar a educação e investigação na área das ciências empresariais, de modo a olhar para a liderança em termos globais, promover a conscientização para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e formar líderes empresariais responsáveis para o futuro. A organização dos PRME trabalha com os participantes do Pacto Global das Nações Unidas para ajudar a introduzir os ODS nas escolas e estabelecer o elo de ligação entre as empresas responsáveis e as IES, para recrutar talentos com um pensamento, habilidades e competências de sustentabilidade.

Os PRME, especialmente o primeiro, cujo objetivo é “Desenvolver as capacidades dos alunos para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e para a sociedade em geral e para trabalharem para uma economia global inclusiva e sustentável” e o segundo que indica a forma de o fazer: “Incorporar nas atividades académicas e currículos os valores da responsabilidade social global como consignado em iniciativas internacionais, nomeadamente no Pacto Global das Nações Unidas”, são de extrema importância para ajudar as IES a encontrar o caminho e a orientação para fomentar a aprendizagem de valores e competências relacionadas com a responsabilidade social.

As IES, especialmente no que respeita à formação dos alunos dos cursos de gestão, estão assim obrigadas a promover uma educação responsável, o que implica “(...) desenvolver esforços destinados a incorporar reflexões sobre a responsabilidade corporativa (ou seja, o impacto social das empresas na sociedade), a sustentabilidade ambiental (ou seja, a contribuição das empresas para uma economia sustentável) e a ética (ou seja, reflexões sobre o certo e o errado no contexto das situações de negócios) nas práticas educacionais das escolas de negócios” (Rasche & Gilbert, 2015, p. 2).

O ensino da ética numa escola de negócios, para além de ajudar os alunos a formarem os seus próprios valores, colocando-os em contacto com as teorias éticas e tradições morais, deve introduzi-los aos problemas morais da sociedade e do mundo e dar-lhes a oportunidade de se confrontarem com problemas da ética empresarial. O ensino da RSC e da sustentabilidade prepara-os para enfrentar e resolver problemas da sociedade, tornando-a mais justa e equilibrada (Jacobi, 2003).

A responsabilidade social e a ética empresarial, pese embora serem muitas vezes usadas como conceitos similares, não são coincidentes (Fisher, 2004). A responsabilidade social corresponde, de facto, a uma das vertentes da formação em ética empresarial, a qual assumiu especial relevância nos anos de 1960, quando a sociedade adquiriu maior consciência do papel fundamental das práticas éticas das empresas, tanto na sua relação com a própria sociedade como com o ambiente.

A RSC está relacionada com a ética empresarial, mas a mesma corresponde a um tópico desta área mais ampla (Goel & Ramanathan, 2014). As empresas devem adotar práticas de responsabilidade social, a par de outros procedimentos relativos ao governo das sociedades, às políticas empresariais, à conceção dos processos de negócios e da estratégia corporativa que estejam alinhadas com a ética empresarial (Goel & Ramanathan, 2014).

As práticas relacionadas com a educação responsável podem ser desenvolvidas para responder a uma pressão institucional. No caso português, tanto a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) como a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) começaram a questionar o papel das profissões na sociedade e a reconhecer a existência dos dilemas éticos nas profissões, exigindo formação em ética e deontologia profissional. A deontologia profissional plasmada nos códigos que regem estas profissões e a ética, não sendo plenamente coincidentes, estão intrinsecamente

relacionadas, e ambas as Ordens se referem especificamente à necessidade de formação em ética.

A pressão pode advir por mimética, quando a mudança ocorre devido a ser o modelo mais seguido pelas outras escolas ou pelas mais bem-sucedidas ou reconhecidas nos *rankings*, pois na incerteza sobre o que é exatamente uma educação responsável de gestão, seguem o exemplo das outras escolas (Rasche & Gilbert, 2015).

As IES podem ainda assumir este compromisso porque começam a existir documentos, como os da Comissão Europeia ou os das Nações Unidas, a solicitar a estas instituições que mudem os seus comportamentos e assumam os seus compromissos para com uma sociedade mais justa e sustentável (Jacobi, Raufflet & Arruda, 2011; Rasche & Gilbert, 2015).

Uma das respostas às pressões pode ser a mudança nos currículos, no sentido de incluir os assuntos da ética, da responsabilidade social e da sustentabilidade. Embora as práticas necessárias para um ensino destas matérias nos cursos de gestão não se deva cingir às alterações dos currículos (Rasche & Gilbert, 2015), passando também pela própria atuação das IES.

Uma razão para a maior ênfase nos cursos de ética é a sociedade acreditar que a moral e a ética sofreram um declínio após a década de 1960, devendo por isso as IES ajudarem os estudantes não só a desenvolverem competências profissionais e científicas, mas a aprenderem a fazê-lo com respeito pelos valores éticos e morais subjacentes à responsabilidade social (Sims & Sims, 1991). Um ensino centrado apenas no desenvolvimento científico foi posto em causa pelos escândalos financeiros.

Embora existam defensores de que o ensino da ética deva ser feito por outras instituições como a igreja, a família e a comunidade (Brink & Costigan, 2015), a escola continua a ser a grande responsável, dado o grande afastamento das pessoas da igreja e de alguma desresponsabilização das famílias e comunidades de o fazerem.

Como referido, as IES têm a responsabilidade de transmitir e gerar conhecimento para dotar os alunos de competências e motivação suficientes para lutar por uma sociedade mais justa e por um crescimento económico mais sustentável (Dzięgiela & Wojciechowski, 2016; Teixeira et al., 2018). Mas, cabe especialmente às escolas de negócios, responsáveis por graduar gestores e futuros líderes, prestar uma atenção redobrada aos conteúdos e competências da sua formação para não gorarem as expectativas da sociedade.

Ensinar responsabilidade social e ética é fundamental para preparar os alunos para assumirem as suas responsabilidades sociais e para conhecerem os dilemas éticos das suas atividades profissionais futuras é, assim, uma das formas dessas escolas conseguirem responder às exigências da sociedade (Fougère et al., 2014; Matten & Moon, 2004; May et al., 2014; Rasche & Gilbert, 2015; Rasche, Gilbert, & Schedel, 2013). Por outro lado, será uma maneira de ultrapassar a crítica de que baseiam a sua formação na perspectiva dos *shareholders*, em vez de ser na dos *stakeholders* (Brink & Costigan, 2015; Fisher & Bonn, 2011; Fougère et al., 2014; Louw, 2015; Matten & Moon, 2004) e de eliminarem as perceções de resistência aos benefícios da RSC para as empresas, que foram apresentadas, por exemplo, pelos alunos portugueses (Teixeira et al., 2018).

Em termos curriculares, o ensino da ética, da responsabilidade social e da sustentabilidade pode ser desenvolvido de duas formas: em unidades curriculares (UC) autónomas ou inserido em UC de outros temas. Bosco et al. (2010) concluíram que os estudantes adquiriam um raciocínio moral e competências nestas matérias mais acentuadas no segundo método de ensino, comparativamente ao primeiro, ainda que se mostrava sempre positivo o ensino das mesmas. Porém, Baetz e Sharp (2004) fazem notar que a inclusão destas temáticas em UC gerais leva a que, muitas vezes, os docentes não tenham preparação suficiente e os materiais de apoio as abordem superficialmente.

Quando são tratadas em disciplinas autónomas, o foco é apenas a ética, a responsabilidade social ou a sustentabilidade, durante todo o período de ensino; no outro caso, o ensino é transversal e o centro da atenção está nos assuntos próprios da UC, sendo a ética, a responsabilidade social ou a sustentabilidade lecionados de forma relacionada (Setó-Pamies & Papaoikonomou, 2016).

Se a opção for por uma UC autónoma, ela pode ainda ser obrigatória ou facultativa. Esse carácter obrigatório ou facultativo depende da opção da faculdade, instituto ou escola superior que o propôs. Porém, o efeito no ensino não é indiferente, porquanto a escolha de se sujeitar a uma determinada UC, se for de opção, depende do aluno, podendo, no limite, não ser frequentada por nenhum, e se for obrigatória chegará a todos os alunos (Setó-Pamies & Papaoikonomou, 2016; Wang, 2018).

Em Portugal, com a entrada em pleno da reforma de Bolonha, na senda de ser dado um papel mais ativo ao aluno, privilegiou-se a introdução de UC de opção, à semelhança das outras instituições europeias (Nicholls et al., 2013), permitindo-se ao aluno a determinação do seu currículo do curso, em vez de lhe ser apresentado um currículo fechado, isto é, sem opções.

Num contexto de um maior número de UC de opção e vários percursos alternativos para os mesmos cursos, para além da redução do número de anos (de 4 para 3, na grande maioria das licenciaturas), no caso português, que levou à eliminação ou diminuição da carga horária nas UC instrumentais, é de esperar que as unidades de ética e responsabilidade social tenham sido relegadas para unidades de opção, tal como encontraram outros autores (Matten & Moon, 2004).

Por outro lado, o posicionamento das UC no percurso educativo é discutido por vários autores (Setó-Pamies & Papaoikonomou, 2016), sendo que alguns entendem ser mais eficaz a introdução destas matérias no primeiro ano.

Tabela 1- Estudos realizados no contexto do ensino da ética, responsabilidade social e da sustentabilidade.

Autor(es)	País / Região	Resultados
Barkhuysen & Rossouw (2000)	África	Vários cursos de ética incluídos em várias disciplinas de 77 cursos das universidades de 6 países.
Bampton & Cowton (2002)	Reino Unido	Pouca ética nos currículos e apenas nos cursos de contabilidade e gestão.
Cowton & Cummins (2003)	Reino Unido	Registam um aumento do ensino da ética nos negócios e uma adoção generalizada, embora longe de todos os alunos de gestão terem acesso a uma educação completa sobre questões éticas.
Macfarlane & Ottewill (2004)	Reino Unido	A ética empresarial tem uma posição marginal nos currículos de gestão.
Matten & Moon (2004)	Europa	Integração da RSC no ensino e uma cobertura relativamente consistente do tópico na maioria dos países estudados.
Nicholson & DeMoss (2009)	Estados Unidos	Um estudo das escolas de AACSB mostra que a ética e a RSC não são suficientemente abordadas nos cursos, sendo a RSC ainda menos abordada que a ética.
Özdemir & Sarikaya (2009)	Turquia	Das 74 universidades, 30 incluíam disciplinas de ética e RS.
Rundle-Thiele & Wymer (2010)	Nova Zelândia e Austrália	27% das universidades australianas ofereciam unidades curriculares de RSC ou sustentabilidade ou ética.
Moon & Orlitzky (2011)	Europa e Estados Unidos	75% dos cursos de 1º ciclo e 55% dos MBA oferecem UC de RSC ou sustentabilidade. Na Europa existem mais UC de opção e nos Estados Unidos mais UC obrigatórias.
Fisher & Bonn (2011)	Austrália	50% dos cursos não têm sustentabilidade no currículo.
Nicholls et al. (2013)	Estados Unidos	A ética surge em mais de 50% dos cursos de marketing, a RSC 30% nos de licenciatura e 50% nos de mestrado e sustentabilidade 40%.
Rasche, Gilbert, & Schedel (2013)	Várias: BGP ranking	MBA 80% tinham uma UC de ética, só 31% eram obrigatórias.

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar pela Tabela 1, a RSC é pouco abordada nos cursos e a ética, embora seja incluída, evidencia ainda uma posição marginal.

Numa análise das melhores escolas de negócios, Christensen et al. (2007) questionaram os responsáveis das escolas de negócios classificadas no ranking TOP 50 da *Financial Times* acerca da inclusão dos três tópicos – ética, RSC e sustentabilidade – nas suas Instituições e concluíram que (1) a maioria das escolas exige que um ou mais destes tópicos seja coberto pelo currículo do seu MBA e 1/3 das escolas exige a inclusão dos três tópicos, (2) verifica-se uma tendência crescente para introduzir UC relacionadas com a sustentabilidade nos cursos, (3) há um interesse mais elevado por partes dos estudantes nestes tópicos nas escolas do TOP 10, (4) diversas escolas ensinam estes tópicos recorrendo ao ensino experiencial e técnicas de imersão. No que respeita à inclusão de UC autónomas sobre ética nos cursos, verificou-se um incremento de cinco vezes desde 1988. Em contraponto com vários dos estudos da Tabela 1, estes resultados evidenciam que as melhores escolas de negócios se preocupam crescentemente com a formação nestas matérias.

2. Metodologia

A metodologia utilizada é a análise de conteúdo efetuada aos currículos dos cursos de gestão e contabilidade, do 1º ciclo e 2º ciclo, disponíveis nos *sites* das IES públicas portuguesas. Esta metodologia é considerada adequada para este tipo de estudo e tem vantagem sobre os inquéritos e entrevistas por ser considerada mais objetiva (Setó-Pamies, Domingo-Vernis, & Rabassa-Figueras, 2011).

A análise de conteúdo pressupõe a análise de categorias, preestabelecidas ou emergentes da investigação. Neste estudo foram definidas *a priori* três categorias principais: Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, por serem matérias relacionadas e complementares (Didier & Huet, 2008; Setó-Pamies & Papaoikonomou, 2016) e, *a posteriori*, definiram-se como subcategorias as designações das UC. Para aferir a

importância atribuída a estas matérias nos cursos analisados, teve-se em conta as características das UC, designadamente, os créditos atribuídos a cada uma e o carácter de frequência, i.e., se é uma UC obrigatória ou optativa.

Os dados foram recolhidos entre outubro e novembro de 2018, nas escolas de ciências empresariais de 13 universidades, 1 instituto universitário e 15 politécnicos. Para efeitos deste estudo, o conceito de escola de ciências empresariais, ou de negócios em uma tradução literal do termo anglo-saxónico *business school*, deve entender-se de forma mais genérica, isto é, como uma faculdade, instituto ou escola superior onde se ministre cursos da área de ciências empresariais, nomeadamente, de gestão, contabilidade ou economia, tal como foi definido por Matten e Moon (2004) ao realizar o seu trabalho.

O procedimento utilizado para a recolha de dados foi aceder ao *website* de cada universidade ou politécnico, para identificar, dentro da lista de cursos disponíveis, os cursos de 1º ciclo e 2º ciclo cuja denominação é gestão ou contabilidade e, seguidamente, extrair os planos de estudos. Quando estava disponível mais do que um plano de estudos, considerou-se o mais recente.

Como referem Setó-Pamies et al. (2011), a melhor forma de obtenção de competências ainda não encontrou unanimidade por parte dos estudiosos. As opções são as seguintes: podem ser oferecidas UC específicas ou estes temas podem ser abordados no âmbito das matérias de outras UC. Este estudo cingiu-se à primeira forma de análise, i.e., apenas foram analisadas as UC específicas sobre estas temáticas, por se entender ser a forma de as IES tornarem mais visível para o exterior o compromisso com o ensino das mesmas e também porque não estão disponíveis os conteúdos programáticos de todas as UC nos *sites* das IES, para permitir uma análise transversal dos programas.

Assim, para efetuar o estudo verificou-se se existiam UC específicas, obrigatórias ou de opção, que contivessem na sua denominação os termos “Ética” e/ou “Responsabilidade Social” e/ou “Sustentabilidade”.

3. Resultados e discussão

Consultou-se os *sites* de 13 universidades e de um instituto universitário e, dentro destas, 6 escolas, 1 instituto, 4 faculdades e 4 departamentos, para além desses acedeu-se a 1 escola politécnica, integrada na Universidade do Algarve e a 1 instituto politécnico integrado na Universidade de Aveiro. Também se consultou os *sites* de 15 politécnicos e, dentro destes, 16 escolas e 3 institutos. Desta pesquisa resultaram para análise 47 cursos do 1º ciclo, sendo 31 de gestão e 16 de contabilidade, e 45 cursos do 2º ciclo, sendo 29 de gestão e 16 de contabilidade.

Da análise dos planos de estudos desses cursos, obtiveram-se os resultados que se evidenciam nas Tabelas 2, 3, 4 e 5.

Quanto aos cursos de gestão do 1º ciclo, dos 31 cursos de gestão observados só 9 (37,5%) dispõem de UC autónomas cuja designação contém a expressão “Responsabilidade Social” e apenas 18 (58%) contêm UC autónomas de Responsabilidade Social, Ética ou Sustentabilidade, nos planos de curso. Destes, 12 oferecem uma UC e os outros 6 oferecem duas UC.

Das UC indicadas na Tabela 2, 92% posiciona-se no 3º ano, i.e., no último ano do curso, e distribui-se 50% em cada semestre, sendo que em 62,5% dos casos são UC facultativas e o número de créditos varia entre 2 e 6, embora em 37,5% das UC encontradas sejam de 6 créditos e 12,5% de 5.

Tabela 2- Designação das UC nos cursos de Gestão do 1º ciclo

Designação das Unidades Curriculares	Nº de cursos	Universitário (U)	Politécnico (P)
<i>Corporate Social Responsibility and Business Ethics</i>	1	x	
Ética e Responsabilidade Social	6	x	x
<i>Social Responsibility and Ethics</i>	1	x	
<i>Environmental Sustainability for Businesses</i>	1	x	
Contabilidade de Responsabilidade Social	1		x
Comunicação, Liderança e Ética	1	x	
Cultura e Ética Organizacional	1	x	
Ética Empresarial	2	x	x
Ética Empresarial e Deontologia Profissional	1		x
Ética: As Grandes Questões do Nosso Tempo	1	x	
Ética e Deontologia	4	x	x
Ética e Deontologia dos TOC	1	x	
Ética e Deontologia Profissional	2		x
Deontologia e Ética Profissional	1		x

Como se pode observar pela Figura 1, destaca-se a palavra “Ética” seguida da “Deontologia”. A palavra “Responsabilidade” (associada ao termo social, empresarial ou corporativa) surge com bastante menos expressão, indiciando, em princípio, a menor importância que lhe é atribuída no ensino.



Figura 1 - Palavras mais frequentes nas designações das UC dos cursos de Gestão do 1º ciclo

Relativamente ao 2º ciclo, das 29 instituições analisadas, 3 não oferecem mestrados em gestão, as Universidades dos Açores e a da Madeira e o Instituto Politécnico de Beja, e 3 instituições oferecem 2 mestrados, a Universidade de Lisboa e os Politécnicos de Viseu e Viana do Castelo.

Dos 29 cursos de mestrado analisados, somente 9 (35%) incluem UC autónomas cuja denominação contém os termos “Ética” ou “Responsabilidade social” ou “Sustentabilidade”, sendo a maioria (6) do ensino universitário. As designações apresentam-se na Tabela 3.

De salientar que estas temáticas se vêm reforçadas com duas UC no curso de Gestão da Universidade de Évora (“Gestão Ética e Responsabilidade Social das Organizações” e “Relato Financeiro e de Sustentabilidade”) e igualmente no curso da Universidade Nova (“Responsabilidade Social Corporativa” e “Negócios Internacionais Sustentáveis”).

A maioria (73%) das UC posiciona-se no 1º ano dos cursos e tem carácter obrigatório (54,5%), o que se justifica pelo facto de que, em regra, os cursos do 2º ciclo somente terem um ano de parte letiva. Os créditos atribuídos vão desde 3 a 7,5.

Tabela 3- Designação das UC nos cursos de Gestão do 2º ciclo

Designação das Unidades Curriculares	Nº de cursos	U	P
Ética Empresarial	1	x	
Ética e Responsabilidade Social	1		x
Ética e Responsabilidade Social na Gestão	1	x	
Ética e Responsabilidade Social das Organizações de Economia Social	1		x
<i>International Management, Ethics and Social Responsibility</i>	1	x	
Gestão Ética e Responsabilidade Social das Organizações	1	x	
Responsabilidade Social Corporativa	1	x	
Responsabilidade Social nas Organizações	1	x	
Governança e Responsabilidade Social das Empresas	1		x
Negócios Internacionais Sustentáveis	1	x	
Relato Financeiro e de Sustentabilidade	1	x	

Na análise à frequência de palavras nas denominações das UC que se apresenta na Figura 2, verifica-se o inverso do 1º ciclo, agora é a palavra “Responsabilidade”, seguida de “Social”, que predomina nas denominações das UC autónomas das categorias em análise.



Figura 2 – Palavras mais frequentes nas designações das UC dos cursos de Gestão do 2º ciclo

Comparando os dois ciclos de estudo, verifica-se que a ética é mais ensinada no 1º ciclo e a responsabilidade social no 2º ciclo. Contudo, não se pode com isso concluir que seja considerada uma competência básica para os cursos de gestão.

Quanto aos cursos de 1º ciclo de contabilidade, constatou-se que não existe nenhum curso no ensino universitário e nos 15 politécnicos estudados identificaram-se dois onde não existem cursos com essa designação, o de Beja e o de Portalegre, e dois que ofereciam 2 cursos, o de Coimbra e o de Viseu. No ensino politécnico integrado nas universidades encontrou-se um na Universidade de Aveiro, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro. Desta pesquisa resultaram 16 cursos, todos do ensino politécnico, onde se encontraram as designações constantes da Tabela 4.

Tabela 4 - Designação das UC nos cursos de Contabilidade do 1º ciclo

Designação das Unidades Curriculares	Nº de cursos	Politécnico
Ética e Deontologia	7	x
Ética e Deontologia Profissional	5	x
Ética e Responsabilidade Social	1	x
Ética e Governação das Sociedades	1	x
Deontologia e Ética Profissional	1	x
Introdução às Ciências Sociais e Ética e Deontologia Profissional	1	x
Sustentabilidade e Contabilidade Geracional	1	x
Relato Contabilístico e Sustentabilidade	1	x

A totalidade dos cursos de contabilidade analisados regista pelo menos uma UC que contém na designação as palavras procuradas, sendo que 2 cursos ofereciam mais do que uma UC das categorias procuradas. A UC mais frequente é de “Ética e Deontologia”, pelo que, dos três termos de pesquisa, destaca-se a palavra “Ética”, como se pode observar pela Figura 3.



Figura 3 – Palavras mais frequentes nas designações das UC dos cursos de 1º ciclo de Contabilidade

A quase totalidade (86%) das UC apresentadas na Tabela 4 posiciona-se no 3º ano, i.e., o último do curso, e em 81% dos casos são UC obrigatórias. Cerca de 48% das UC tem um peso de 4 créditos, sendo o máximo de 6 e o mínimo de 2.

Por sua vez, no 2º ciclo (ver Tabela 5), 8 das 14 IES públicas de ensino universitário não detêm na sua oferta formativa cursos de contabilidade e as que têm (6), 3 contêm UC de ética, sendo que um deles, o da Universidade de Coimbra, oferece duas UC optativas (“Ética e Deontologia Profissional” e “Ética e Responsabilidade Social”), ambas com 6 créditos. As outras UC são “Ética, Deontologia e *Accountability*” e “Ética”, esta última obrigatória e a primeira optativa, com peso de 7,5 e 6, respetivamente. No ensino politécnico, os cursos de 2º ciclo de contabilidade não contêm no plano curricular UC cuja designação apresente as palavras “Ética” ou “Responsabilidade Social”.

Tabela 5 - Designação das UC nos cursos de Contabilidade do 2º ciclo

Designação das Unidades Curriculares	Nº de cursos	Universitário
Ética	1	x
Ética e Deontologia Profissional	1	x
Ética e Responsabilidade Social	1	x
Ética, Deontologia e <i>Accountability</i>	1	x

Como se pode observar pelas Figura 3 e Figura 4, a “Ética” continua a ser o tópico mais presente nos currículos dos cursos de contabilidade, tanto nos do 1º ciclo como nos do 2º ciclo, enquanto nos cursos de gestão a mesma é mais frequente no 1º ciclo.



The word cloud features the word 'ética' in large, bold, blue letters. Below it, 'deontologia' is written in a smaller, blue font. Above 'ética', the words 'responsabilidade', 'profissional', and 'accountability' are stacked vertically in a very small font. To the right of 'ética', the word 'social' is written vertically in a small font.

Figura 4 - Palavras mais frequentes nas designações das UC dos cursos de 2º ciclo de Contabilidade

A principal diferença entre os cursos de contabilidade e de gestão encontra-se no 2º ciclo, visto que nos cursos analisados de contabilidade, especialmente nos do sistema politécnico, verifica-se na quase totalidade a inexistência de UC dedicadas às matérias em estudo e nos de gestão encontrou-se UC com designações alusivas a esses temas (Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade).

A investigação realizada permite observar que os cursos que oferecem UC de Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade, incluem, na quase totalidade, apenas uma UC, o mesmo se verificando nos estudos de Rasche, Gilbert e Schedel (2013) e de Didier e Huet (2008).

Dos três tópicos de pesquisa, e à semelhança de outros estudos (Didier & Huet, 2008; Rasche et al., 2013; Jim Wu, Huang & Wu, 2017), a Ética surge como o assunto mais abordado em todas as IES, especialmente no 1º ciclo de estudos.

Acresce que a Responsabilidade Social e a Sustentabilidade são incluídas, na grande maioria das IES, apenas como UC optativas, não abrangendo por isso a totalidade do universo dos alunos inscritos nesses cursos, o que está em concordância com as conclusões obtidas por outros autores (Jorge & Peña, 2014; Rasche, Gilbert, & Schedel,

2013). O caso português mostra-se alinhado com a realidade das escolas de negócios europeias acreditadas pelos sistemas EQUIS e AACSB, que evidenciaram maior preponderância para o carácter optativo nas UC destas matérias e maior presença do tópico da Sustentabilidade no 2º ciclo (Jim Wu, Huang & Wu, 2017).

Por outro lado, os créditos atribuídos às UC em estudo são no máximo de 7,5 o que representa, nos 180 créditos totais dos cursos de 1º ciclo, 4%. Esta percentagem mostra-se pouco expressiva, em termos análogos aos resultados obtidos em Espanha por Jorge e Peña (2014).

Apesar das IES estarem cada vez mais expostas a pressões institucionais coercitivas, miméticas e normativas, as que parecem ter influenciado mais no caso português são as institucionais, nomeadamente as que derivam do reconhecimento dos cursos e das matérias exigidas pela OCC para acesso à profissão de Contabilista Certificado. De facto, o termo “Ética” é o que surge com maior frequência, e aquele que está incluído em mais UC de frequência obrigatória, especialmente nos cursos de 1º ciclo.

Conclusões

Nesta investigação foram analisados os planos de estudos dos cursos do 1º e do 2º ciclos das IES públicas portuguesas, cuja denominação é gestão ou contabilidade, o que fez um total de 28 IES com 47 cursos do 1º ciclo (31 de gestão e 16 de contabilidade) e 45 cursos do 2º ciclo (29 de gestão e 16 de contabilidade).

Os resultados obtidos são, em boa medida, consistentes com os de estudos anteriores, evidenciando um reduzido número de UC autónomas sobre os três tópicos pesquisados (Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade), um diminuto peso atribuído em créditos e um carácter predominantemente facultativo dessas UC, destacando-se, em todo caso, a palavra “Ética” na denominação das UC identificadas, que surge principalmente nos cursos de 1º ciclo.

Resulta assim evidente algum desfasamento com o preconizado pelas Nações Unidas, pela UNESCO e pela União Europeia, que requerem um envolvimento ativo das IES na formação dos estudantes nestas matérias, para além de não ir ao encontro das expectativas da população sobre o papel das IES. De facto, a sociedade espera que o conhecimento científico traga benefícios para as populações, bem como proporcione a promoção humana e contribua para o desenvolvimento sustentável.

Assim, estes resultados constituem um contributo para despertar as IES para a necessidade de ajustarem os currículos e irem ao encontro do que se espera delas, como agentes com responsabilidade acrescida na promoção de uma sociedade mais justa e preocupada com o bem-estar comum.

Este estudo tem limitações, principalmente as que decorrem da necessidade de aprofundar a análise de conteúdo, incluindo as UC de outras matérias que aflorem o ensino destas temáticas e realizando uma análise dos conteúdos programáticos de todas as UC para, a partir daí, quantificar o peso atribuído às mesmas no plano de estudos.

Outra limitação prende-se com a não consideração de outras formas de ensino, sem ser a tradicional (o currículo) e a investigação realizada pelos alunos.

Estas limitações servem como base para ser colmatadas em possíveis trabalhos futuros, visando um conhecimento mais aprofundado da importância que é atribuída nos planos de estudos a estas matérias e, principalmente, das competências adquiridas pelos alunos.

Tendo-se constatado que estas matérias começam a integrar alguns planos de estudos, releva ainda averiguar qual a visão da gestão das IES que está a ser percecionada pelos alunos, assim como conhecer a perspectiva dos responsáveis das IES quanto às formas em que as escolas de negócios podem contribuir para proporcionar uma educação ética sólida aos seus estudantes, os quais serão a próxima geração de líderes empresariais. Tal permitiria a comparação com estudos já realizados em alguns países e uma perceção alargada sobre um tema de enorme importância no atual contexto socioeconómico mundial.

Referências bibliográficas

- AACSB. (2004). Ethics Education in Business Schools *Report of the Ethics Education Task Force to AACSB International's Board of Directors* (pp. 1-23). <http://www.aacsb.edu/~media/8E6E814198E44ABCA689CC973497AD5A.ashx>: AACSB International- The Association to Advance Collegiate Schools of Business.
- AACSB. (2013). Eligibility Procedures and Accreditation Standards for Business Accreditation *Standard 9: Curriculum content is appropriate to general expectations for the degree program type and learning goals. [CURRICULUM CONTENT]* <http://www.aacsb.edu/~media/AACSB/Docs/Accreditation/Standards/2013-bus-standards-update.ashx>.
- Baetz, M.C. & Sharp, D.J. (2004). Integrating Ethics Content into the Core Business Curriculum: Do Core Teaching Materials Do the Job. *Journal of Business Ethics*, 51 (1), 53-62. doi: [10.1023/B:BUSI.0000032343.68115.dd](https://doi.org/10.1023/B:BUSI.0000032343.68115.dd)
- Bampton, R., & Cowton, C. J. (2002). The teaching of ethics in management accounting: progress and prospects. *Business Ethics: A European Review*, 11(1), 52-61. doi: 10.1111/1467-8608.00258
- Barkhuysen, B., & Rossouw, G. (2000). Business Ethics as Academic Field in Africa: Its Current Status. *Business Ethics: A European Review*, 9(4), 229-235. doi: 10.1111/1467-8608.00196

- Bosco, S.M., Melchar, D.E., Beauvais, L.L., & Desplaces, D.E. (2010). Teaching business ethics: the effectiveness of common pedagogical practices in developing students' moral judgment competence. *Journal Ethics and Education*, 5 (3), 263-280. doi: 10.1080/17449642.2010.533049
- Brink, K. E., & Costigan, R. D. (2015). Oral Communication Skills: Are the Priorities of the Workplace and AACSB-Accredited Business Programs Aligned?. *Academy of Management Learning & Education*, 14(2), 205-221. doi: 10.5465/amle.2013.0044
- Cowton, C. J., & Cummins, J. s., 7(1). (2003). Teaching Business Ethics in Uk Higher Education: Progress and Prospects. *Teaching Business Ethics*, 7(1), 37-54. doi: 10.1023/a:1022665221990
- Christensen, L. J., Peirce, E., Hartman, L. P., Hoffman, W. M., & Carrier, J. (2007). Ethics, CSR, and sustainability education in the Financial Times top 50 global business schools: Baseline data and future research directions. *Journal of Business Ethics*, 73(4), 347-368. doi: 10.1007/s10551-006-9211-5.
- Didier, C., & Huet, R. (2008). Corporate social responsibility in engineering education. A French survey. *European Journal of Engineering Education*, 33(2), 169-177. doi: 10.1080/03043790801976472
- Doh, J. P., & Tashman, P. (2014). Half a World Away: The Integration and Assimilation of Corporate Social Responsibility, Sustainability, and Sustainable Development in Business School Curricula. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21, 131-142. doi: 10.1002/csr.1315
- Dzięgiela, A., & Wojciechowski, A. (2016). Social Responsibility in Intra-organisational Procedures of Higher Education Institutions with AACSB Accreditation. *Journal of Corporate Responsibility and Leadership*, 3(2), 23-50. doi: 10.12775/JCRL.2016.007
- Fischer, J. (2004). Social Responsibility and Ethics: Clarifying the concepts. *Journal of Business Ethics*, 52 (4), 381-390. doi: 10.1007/s10551-004-2545-y
- Fisher, J., & Bonn, I. (2011). Business sustainability and undergraduate management education: an Australian study. *Higher Education*, 62(5), 563-571. doi: 10.1007/s10734-010-9405-8
- Fougère, M., Solitander, N., & Young, S. (2014). Exploring and Exposing Values in Management Education: Problematizing Final Vocabularies in Order to Enhance Moral Imagination. *Journal of Business Ethics*, 120, 175-187. doi: 10.1007/s10551-013-1655-9
- Goel, M., & Ramanathan, P. E. (2014). Business Ethics and Corporate Social Responsibility – Is there a Dividing Line?. *Procedia Economics and Finance*, 11, 49-59. doi: 10.1016/S2212-5671(14)00175-0.
- Haski-Leventhal, D. (2014). MBA Student Values, Attitudes and Behaviors: A Cross-Cultural Comparison of PRME Signatory Schools. *SAM Advanced Management Journal* 29-41.
- Hayter, C. S., & Cahoy, D. R. (2018). Toward a strategic view of higher education social responsibilities: A dynamic capabilities approach. *Strategic Organization*, 16(1), 12-34. doi: 10.1177/1476127016680564
- Jacobi, P.R.. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 189-206. doi: 10.1590/S0100-15742003000100008.

- Jacobi, P.R.; Raufflet, E. & Arruda, M. P. (2011). Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)* [online], 12 (3), 21-50. doi: 10.1590/S1678-69712011000300003.
- Jim Wu, Y.-C., Huang, S., & Wu, W.-H. (2017). Management Education for Sustainability: a Web-based Content Analysis. *Academy of Management Learning & Education*, 9 (3), 520-531. doi: 10.5465/amle.9.3.zqr520.
- Jorge, M. L., & Peña, F. J. A. (2014). Determinants of corporate social responsibility and business ethics education in Spanish universities. *Business Ethics: A European Review*, 23(2), 139-153. doi: 10.1111/beer.12041
- Koljatic, M., & Silva, M. (2015). Do Business Schools Influence Students' Awareness of Social Issues? Evidence from Two of Chile's Leading MBA Programs. *Journal of Business Ethics*, 131, 595-604. doi: 10.1007/s10551-014-2295-4
- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro - Regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES). Diário da República N.º 174/2007- 1.ª série. Lisboa.
- Louw, J. (2015). Paradigm Change or No Real Change at All? A Critical Reading of the U.N. Principles for Responsible Management Education. *Journal of Management Education*, 39(2), 184-208. doi: 10.1177/1052562914547965
- Macfarlane, B., & Ottewill, R. (2004). Business Ethics in the Curriculum: Assessing the Evidence from U.K. Subject Review. *Journal of Business Ethics*, 54(4), 339-347.
- Matten, D., & Moon, J. (2004). Corporate Social Responsibility Education in Europe. *Journal of Business Ethics*, 54(323-337), 323-337.
- May, D. R., Luth, M. T., & Schwoerer, C. E. (2014). The Influence of Business Ethics Education on Moral Efficacy, Moral Meaningfulness, and Moral Courage: A Quasi-experimental Study. *Journal of Business Ethics*, 124, 67-80. doi: 10.1007/s10551-013-1860-6
- Moon, J., & Orlitzky, M. (2011). Corporate social responsibility and sustainability education: A trans-Atlantic comparison. *Journal of Management & Organization*, 17, 583-603. doi: 10.1017/S1833367200001279
- Mourato, J.A.B. (2014). O ensino superior politécnico em Portugal – presente e futuro. *Revista FORGES - Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, 1 (1), 109-143.
- Nicholls, J., Joseph F. Hair, J., Ragland, C. B., & Schimmel, K. E. (2013). Ethics, Corporate Social Responsibility, and Sustainability Education in AACSB Undergraduate and Graduate Marketing Curricula: A Benchmark Study. *Journal of Marketing Education*, 35(2), 129-140. doi: 10.1177/0273475313489557
- Nicholson, C. Y., & DeMoss, M. (2009). Teaching Ethics and Social Responsibility: An Evaluation of Undergraduate Business Education at the Discipline Level. *Journal of Education for Business*, 84(4), 213-218. doi: 10.3200/JOEB.84.4.213-218
- Özdemir, A. A., & Sarikaya, M. (2009). An Analysis of the Curricula of Business Administration Departments in Turkish Universities With the Perspective of Civil Society Awareness. *Journal of Education for Business*, 84(5), 313-317. doi: 10.3200/JOEB.84.5.313-317

- Rasche, A., & Escudero, M. (2009). Leading change: the role of the principles for responsible management education. *Zeitschrift für Wirtschafts- und Unternehmensethik*, 10(2), 244-250.
- Rasche, A., & Gilbert, D. U. (2015). Decoupling Responsible Management Education: Why Business Schools May Not Walk Their Talk. *Journal of Management Inquiry*, 1-14. doi: 10.1177/1056492614567315
- Rasche, A., Gilbert, D. U., & Schedel, I. (2013). Cross-Disciplinary Ethics Education in MBA Programs: Rhetoric or Reality? *Academy of Management Learning & Education*, 12(1), 71-85. doi: 10.5465/amle.2011.0016a
- Rundle-Thiele, S. R., & Wymer, W. (2010). Stand-Alone Ethics, Social Responsibility, and Sustainability Course Requirements. A Snapshot From Australia and New Zealand. *Journal of Marketing Education*, 32(1), 5-12. doi: 10.1177/0273475309345002
- Setó-Pamies, D., Domingo-Vernis, M., & Rabassa-Figueras, N. (2011). Corporate social responsibility in management education: Current status in Spanish universities. *Journal of Management & Organization*, 17, 604-620. doi: 10.1017/S1833367200001280
- Setó-Pamies, D., & Papaoikonomou, E. (2016). A Multi-level Perspective for the Integration of Ethics, Corporate Social Responsibility and Sustainability (ECSRS) in Management Education. *Journal of Business Ethics*, 136, 523-538. doi: 10.1007/s10551-014-2535-7
- Sims, R. R., & Sims, S. (1991). Increasing Applied Business Ethics Courses in Business School Curricula. *Journal of Business Ethics*, 10, 211-219. doi: 10.1007/BF00383158
- Symaco, L. P., & Tee, M. Y. (2019). Social responsibility and engagement in higher education: Case of the ASEAN. *International Journal of Educational Development*, 66, 184-192. doi: 10.1016/j.ijedudev.2018.10.001.
- Teixeira, A., Ferreira, M. R., Correia, A., & Lima, V. (2018). Students' perceptions of corporate social responsibility: evidences from a Portuguese higher education institution. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 15(2), 235-252. doi: 10.1007/s12208-018-0199-1
- Wang, M.-X. (2018). Construction of "responsibility-oriented" education system of corporate social responsibility in colleges. *Journal of Interdisciplinary Mathematics*, 21(2), 369-376. doi: 10.1080/09720502.2017.1420566
- Young, S., Nagpal, S., & Adams, C. A. (2016). Sustainable Procurement in Australian and UK Universities. *Public Management Review*, 18 (7), 993-1016. doi:10.1080/14719037.2015.1051575